

**LEI MUNICIPAL Nº. 1.423/2008.**

**ESTRUTURA E REGULAMENTA O SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS OU BENS POR TÁXI NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO VERMELHO.**

Faço saber que a Câmara Municipal aprova e Eu, ANA ROSA MENDONÇA LASMAR, Prefeita Municipal sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica, aprovado o Regulamento do Serviço de Transporte de Passageiros ou bens por Táxi no Município de Ribeirão Vermelho, na forma desta lei.

**Art. 2º** - As concessões de serviço público de transporte individual – Táxi, são delegações mediante licitação, feita pelo Município de Ribeirão Vermelho, a profissional autônomo que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e reger-se-á pelos termos do art. 175 da Constituição Federal, §1º art. 15 da L.O.M. e por esta lei.

**Art. 3º** - A concessão de serviço público de táxi será objeto licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade e julgamento por critérios objetivos, formalizando-se mediante contrato pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período que observará os termos desta lei.

§ 1º - A concessão extingue-se com a perda da capacidade do concessionário de cumprir com sua obrigação contratual.

§ 2º - A concessão pode ser suspensa temporariamente pelo poder concedente quando o concessionário, por motivo justo, comprovar a impossibilidade de exercer suas obrigações contratuais, por prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, admitida, justificadamente, uma única prorrogação.

**Art. 4º** - A concessão não poderá ser transferida a qualquer título, devendo ser rescindida ou extinta em caso do concessionário perder a capacidade de cumprir com a sua obrigação contratual.

Parágrafo único - A suspensão parcial do contrato não poderá exceder de 180 (cento e oitenta) dias, salvo na exceção prevista nesta lei, ocorrerá quando o concessionário, comprovadamente por motivo justo, estiver impedido de cumprir integralmente suas obrigações contratuais.

**Art. 5º** - Fica garantida a concessão àqueles que, até a data de entrada em vigor desta lei, efetivamente estiverem trabalhando como concessionários em veículos caracterizados como táxi, equipados com prisma luminoso e placa de aluguel.

Parágrafo Único: É requisito essencial para concessão, que o concessionário seja domiciliado no Município de Ribeirão Vermelho.

**Art. 6º** - Será outorgada apenas 1 (uma) concessão a cada profissional autônomo.

**Art. 7º** - A prestação de serviços de táxi somente poderá ser realizada pelo titular da concessão.

**Art. 8º** - São pontos de táxi fixos os criados por esta lei, sendo os pontos nos seguintes locais:

I - Ponto de Táxi nº.1 - na Praça Prefeito Gelson Loureiro, com 10 (vagas) vagas;

II - Ponto de Táxi nº 2 – na Praça 13 de Maio, com 10 (dez) vagas;

§ 1º - A utilização dos pontos de estacionamento de táxi é gratuita, incidindo sobre os concessionários somente (quando for o caso de existência) as taxas de serviços, bem como as de consumo de água, luz e telefone, que correrão exclusivamente por conta destes.

§ 2º - Considera-se veículo caracterizado como táxi aquele equipado com prisma luminoso e placa de aluguel.

**Art. 9º** - São 02 (duas) as vagas para Táxi Rotativo, sendo 1 (uma) vaga na Avenida 26 de Novembro e outra no Bairro Nossa Senhora Aparecida.

**Art. 10** - A cada 1.000 habitantes, aumentará 1 (uma) vaga, através de Lei, que será concedida através de licitação.

**Art. 11-** Fazem parte integrante desta lei:

- a) - Regulamento de transporte de passageiros por táxi;
- b) - Anexo I do código disciplinar;
- c) - Anexo II do código disciplinar;
- d) - Anexo III do código disciplinar;
- e) - Anexo IV do código disciplinar.

**Art. 12** – Os concessionários que efetivamente estiverem trabalhando em veículos caracterizados como táxi, na data da publicação da presente Lei, terão 120 (cento e vinte dias) para se adaptarem às novas normas ou ao Regulamento, sob pena de rescisão contratual.

**Art. 13** - Revogadas as disposições em contrário esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Ribeirão Vermelho, 16 dezembro de 2008.**

**Ana Rosa Mendonça Lasmar**  
**Prefeita Municipal**

**Alerson Claret de Jesus**  
**Secretaria Municipal de Administração e Fazenda**

# **REGULAMENTO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS POR TÁXI**

## **TÍTULO I SISTEMA DE TRANSPORTE POR TÁXI**

### **CAPÍTULO I DEFINIÇÕES E CLASSIFICAÇÕES**

**Art. 1º** - Compete a Administração Pública Municipal, através do Departamento Municipal de Transporte, doravante denominado DMT, administrar os serviços de Transporte de Passageiro Individual por Táxis que será regido pelo Código Nacional de Trânsito e por este Regulamento.

**Art. 2º** - Serão consideradas, para efeito deste Regulamento, as seguintes definições:

1)TÁXI - veículo automotor destinado ao serviço de transporte público, com capacidade mínima de dois e máxima de cinco passageiros, excluído o condutor, funcionando sob regime de aluguel.

Classificam-se os táxis em:

- I.** Táxi Convencional: o veículo utilizado no serviço regular, sem itinerário pré-determinado;
- II.** Táxi Especial: o veículo utilizado em serviço contratado, dotado de equipamentos que proporcionam maior conforto ao usuário;
- III.** Táxi Lotação: é o veículo utilizado na prestação de serviço em que o trajeto é pré-determinado pelo DMT, e deverá ser executado pelos operadores de táxis convencionais e especiais.

2)CONCESSÃO - ato administrativo, pelo qual o Chefe do Executivo, mediante processo licitatório, outorga ao particular vencedor da licitação a execução do serviço de táxi, observadas as prescrições legais e regulamentares.

3)CONCESSIONÁRIO - O detentor da concessão para execução do serviço de táxi, proprietário de um só veículo e que faça do transporte individual de passageiros sua atividade profissional.

4)PONTO - o local determinado por lei destinado ao estacionamento de táxi denominado ponto;

5)“LOCK-OUT” - a recusa da prestação do serviço de táxi, praticada individualmente ou em grupo.

6)VEÍCULO PADRÃO - o veículo hipotético, representativo da frota existente e utilizado como referência, para efeito de cálculo tarifário, a ser definido pelo Órgão competente.

**Art. 3º** - Os serviços integrantes do sistema são classificados nas seguintes categorias:

- 1)Regulares;
- 2)Especiais;
- 3)Extraordinários.

§ 1º - Regulares são os serviços básicos do sistema, executados pelos veículos táxis convencionais.

§ 2º - Especiais são os serviços executados através de veículos especiais.

§ 3º - Extraordinários são os serviços executados para atender as necessidades excepcionais de transporte, tais como, táxi-lotação ou viagens intermunicipais de interesse do passageiro.

## **CAPÍTULO II DO REGIME JURÍDICO**

**Art. 4º** - Os serviços de táxis convencionais, só poderão ser explorados por profissionais autônomos, mediante concessão outorgada pelo Município, precedida de licitação.

Parágrafo único - Será outorgada apenas 01 (uma) concessão a cada profissional autônomo.

**Art. 5º** - Os serviços de táxis especiais serão explorados por concessionários, seguindo-se o critério descrito no artigo anterior.

**Art. 6º** - Os serviços de táxis extraordinários serão executados em situações excepcionais, motivadas por eventos no Município ou por necessidade do passageiro, conforme critérios estabelecidos pelo DMT.

## **CAPÍTULO III DOS CONCURSOS**

**Art. 7º** - A outorga de concessão para operar os serviços de táxis deverá ser precedida obrigatoriamente por processo licitatório.

**Art. 8º** - O edital deverá ser publicado conforme determina a Lei 8.666/93 e suas alterações, discriminando, entre outros itens, o número de concessões a serem outorgadas para cada ponto de táxi.

**Art. 9º** - A alocação dos veículos em cada ponto submetido à licitação, far-se-á em conformidade com o disposto no respectivo processo licitatório.

## **CAPÍTULO IV DA CONCESSÃO**

**Art. 10** - Para os serviços de táxis será formalizada a concessão mediante contrato celebrado com o Município.

**Parágrafo único**- O contrato deverá ser assinado dentro dos 30 (trinta) dias subseqüentes à publicação do resultado do processo licitatório, sob pena de perda do direito à concessão.

**Art. 11** - Os contratos de concessão não poderão ser transferidos a qualquer título, devendo ser rescindidos ou extintos, salvo na exceção prevista no parágrafo único do art. 4º desta Lei.

**Art. 12** - As concessões outorgadas, além do previsto nos artigos específicos deste Regulamento, poderão, também, ser revogadas:

I - quando o concessionário autônomo entregar a direção de seu veículo a terceiro, em desacordo com as normas prescritas em Lei e neste Regulamento;

II - sempre que, na forma da Lei, houver cassado o documento de habilitação do concessionário.

**Art. 13** - A revogação prevista no artigo anterior será precedida de processo administrativo, ressalvado o disposto no seu inciso II, assegurado ao concessionário direito de defesa.

**Art. 14** - Ao concessionário que tiver revogada a sua concessão será vedada a exploração do serviço em concessões futuras.

§ 1º - O concessionário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se defender contados da data de sua intimação.

§ 2º - A revogação da concessão não dará direito a qualquer indenização.

**Art. 15** - A concessão para exploração dos serviços de táxi, quando revogada ou em razão da perda da capacidade do concessionário, retornará ao Município e terá o seu novo preenchimento precedido de processo licitatório, atendidas as exigências legais e regulamento.

**Art. 16** - No caso da perda dos direitos de posse ou propriedade do veículo, em decorrência de decisão judicial, especialmente quando relativa a compra e venda com reserva de domínio ou alienação fiduciária, o concessionário poderá fazer a substituição do veículo, desde que:

I - o requeira no prazo mínimo de 30 (trinta) dias, contados da data em que transitar em julgado a sentença que determinar a perda da posse ou propriedade do veículo. Ultrapassado este prazo, a concessão será revogada e retornará ao Município, que dela disporá segundo as normas legais e regulamentares;

II - apresente comprovante da perda da posse ou propriedade do veículo.

**Art. 17** - Garantir-se-á ao concessionário a continuidade da concessão, enquanto cumpridas as condições de termo de compromisso e responsabilidade e observado um bom desempenho na exploração do serviço de transporte de passageiro por táxi.

**Art. 18** - É proibida a co-propriedade em veículos empregados no serviço de táxi.

**Art. 19** - Não se expedirá, em hipótese alguma, concessão vinculada a veículos com mais de 7 (sete) anos de fabricação, comprovada pelo certificado de propriedade do veículo.

## **TÍTULO II DA OPERAÇÃO DO SISTEMA**

### **CAPÍTULO I DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**Art. 20** - Compete ao Poder Executivo Municipal quando atingir o limite conforme art. 10 desta Lei, determinar a criação de vagas servindo-se de dados dos recenseamentos oficiais e índice aplicável do crescimento, apurado através de informação do IBGE.

**Art. 21** - O transporte poderá ser recusado:

I - aos que estiverem embriagados, drogados ou afetados por moléstias infecto-contagiosas;

II - aos que se apresentarem em trajes manifestamente impróprios ou ofensivos à moral e aos bons costumes;

III - quando a lotação do veículo estiver completa.

**Art. 22** - Os pontos fixos, considerando-se como tais, aquele em que o atendimento será realizado por concessionários previamente designados pelo DMT.

**Art. 23** - Os pontos serão identificados com placas de sinalização, seguindo o critério estabelecido pelo DMT.

**Art. 24** - Fica proibida a transferência de concessão ou veículos, de um ponto para outro.

**Art. 25** - O aluguel do táxi será permitido quando o veículo estacionado ou em trânsito, estiver livre e for solicitado pelo usuário.

Parágrafo único - O veículo que não estiver em serviço deverá demonstrá-lo retirando da capota o dispositivo com a palavra “táxi”.

## **CAPÍTULO II DOS VEÍCULOS**

**Art. 26** - Todos os táxis ficam obrigados a possuir equipamento sobre a capota, denominados “prisma” com a inscrição “táxi” .

**Art. 27** - Para o serviço de táxis admitir-se-ão apenas veículos automóveis, ou utilitários, sem carroceria, com capacidade mínima de 04 (quatro) e máximo de 06 (seis) passageiros, excluído o condutor, respeitadas, ainda, as especificações do Código Nacional de Trânsito e Legislação complementar e as que forem definidas pelo Município.

**Art. 28** - O concessionário é obrigado a autorizar o DMT a utilizar seu veículo para a prestação de informações relativas ao serviço de táxi, sob pena de sujeitar-se à sanção do que trata este regulamento.

**Art. 29** - Será obrigatório o uso permanente do CIV - Cartão de Identificação do Veículo, a ser afixado do lado direito do painel, em local visível ao usuário, que conterá dados do veículo e do concessionário - Carteira de Concessionário dos serviços de Táxi, de acordo com as normas a serem estabelecidas pelo DMT.

**Art. 30** - A substituição de veículo em operação no serviço de táxi será permitida somente por veículo do mesmo ano de fabricação, ou de ano de fabricação e modelo posterior ao do veículo substituído e desde que obedeça a todas as condições e normas exigidas pelo DMT e por esse regulamento, exceto por acidente, furto/roubo e quando houver perda total, quando será permitida a troca por outro veículo com até 07 (sete) anos de fabricação.

**Art. 31** - Todos os veículos que operam o serviço de táxi deverão ser vistoriados, anualmente pelo DMT, sendo obrigatório o comparecimento, ao local da vistoria, do titular da concessão e proprietário do veículo, munido de exame médico e psíquico válido, obedecendo-se à seguinte escala:

- I - abril: veículos com placas de final 1, 2, 3 e 4;
- II - maio: veículos com placas de final 5, 6 e 7;
- III - junho: veículos com placas de final 8, 9 e 0.

§ 1º - A vistoria dos veículos será feita também quando necessária e a critério do DMT.

§ 2º - O local da vistoria será previamente designado pelo DMT.

§ 3º - O DMT poderá alterar, por conveniência do serviço, a escala a que se refere este artigo.

**Art. 32** - A vistoria anual consistirá em exame do veículo, de acordo com a planilha a ser elaborada pelo DMT e obedecerá aos prazos fixados.

**Art. 33** - Aprovado o veículo na vistoria, o órgão vistoriador fará afixar selo próprio, em local visível, no interior do veículo, que não poderá ser retirado, em hipótese alguma, até a vistoria seguinte, sob pena de multa.

**Art. 34** - O veículo não aprovado na vistoria ficará impossibilitado de trafegar e somente após nova vistoria, sanadas as irregularidades, será liberado para o serviço.

### **CAPÍTULO III DA REMUNERAÇÃO DO SERVIÇO**

**Art. 35** - A exploração do serviço de transporte de passageiros por táxi será remunerada mediante cobrança de tarifa no valor de R\$ 0,70 (setenta centavos) por quilômetro rodado para viagens intermunicipais.

§ 1º - Nos percursos dentro do Município, a remuneração do serviço de táxi se dará mediante acordo entre concessionários e usuários.

§ 2º - Poderá ser cobrada uma taxa pelo período de espera, cujo valor deverá ser acordado entre concessionários e usuários.

§ 3º - O valor constante do caput deste artigo poderá ser reajustado mediante apresentação de planilha de custo pelo concessionário, nos termos na Lei nº 8.666/93.

**Art. 36** - É proibida a cobrança de qualquer tarifa adicional pelo transporte de bagagem.

### **CAPÍTULO IV DOS CONCESSIONÁRIOS**

**Art. 37** - O concessionário não poderá ser auxiliado por outro motorista, salvo os casos previstos nesta lei.

**Art. 38** - Os concessionários autônomos deverão estar, prévia e obrigatoriamente, inscritos nos órgãos municipais e na Previdência Social, obedecidas as exigências legais e regulamentares.

**Art. 39** - O DMT disciplinará os processos de registro de operadores de serviço de transporte de passageiros por táxi definidos os requisitos a serem satisfeitos pelos candidatos.

Parágrafo único - O DMT poderá:

I - promover exames periódicos de sanidade física e mental dos operadores, especialmente daqueles envolvidos em acidentes;

II - exigir o afastamento de qualquer operador culpado de infrações de natureza grave, assegurado o direito de defesa.



**Art. 40** - O DMT emitirá documento de identificação aos concessionários para o efetivo desempenho dos serviços de táxi.

**Art. 41** - Todos os condutores de veículos de transporte, que operam no serviço de táxis do Município, deverão estar convenientemente trajados.

**Art. 42** - Sem prejuízo do que estabelece a Legislação de Trânsito, constitui deveres dos concessionários de táxi:

- I. conduzir-se com atenção e urbanidade;
- II. conhecer as disposições deste Regulamento e demais normas ou instruções que forem baixadas pelo DMT;
- III. prestar as informações necessárias ao usuário;
- IV. colaborar com a fiscalização do DMT e dos demais Órgãos incumbidos de fiscalizar o trânsito;
- V. dirigir o veículo de modo a não prejudicar a segurança e o conforto dos passageiros;
- VI. dirigir o veículo de modo a não prejudicar a segurança e o conforto dos passageiros;
- VII. manter velocidade compatível com o estado das vias, respeitados os limites regulamentares;
- VIII. evitar freadas bruscas e outras situações propícias a acidentes;
- IX. não movimentar o veículo sem que estejam fechadas as portas;
- X. não ingerir bebidas alcoólicas em serviço, nos intervalos de jornada ou antes de assumir a direção do veículo;
- XI. recolher o veículo quando ocorrerem indícios de defeito mecânico que possa pôr em risco a segurança dos passageiros;
- XII. prestar socorro imediato a passageiros feridos em acidentes;
- XIII. dirigir com redobrada cautela à noite, em dias de chuva ou de pouca visibilidade;
- XIV. atender aos pedidos de parada, quando solicitado;
- XV. respeitar as normas disciplinares e as determinações da fiscalização;
- XVI. evitar conversar estando o veículo em movimento;
- XVII. cobrar a tarifa autorizada, restituindo corretamente o troco, se for o caso;
- XVIII. auxiliar na realização de coleta de informações para DMT, sempre que solicitado;
- XIX. seguir o itinerário mais curto, salvo determinação expressa do passageiro ou autoridade de trânsito;
- XX. verificar, ao fim de cada corrida, se foi deixado algum objeto no veículo, entregando-o, em caso afirmativo, mediante recibo, ao DMT;
- XXI. manter o veículo limpo e conservado.

## **TÍTULO III DA DISCIPLINA DO SISTEMA**

### **CAPÍTULO I DAS INFRAÇÕES, PENALIDADES E RECURSOS**

**Art. 43** - O DMT exercerá permanente fiscalização sobre os serviços de que trata este Regulamento.

**Art. 44** - As infrações aos preceitos deste Regulamento, capituladas no Código Disciplinar, em anexo, sujeitarão o infrator, conforme a gravidade da falta, às seguintes penalidades:

- I. Advertência Escrita;
- II. Multa;
- III. Interdição do Veículo;
- IV. Suspensão da Execução dos Serviços.

§ 1º - Cometidas simultaneamente duas ou mais infrações, aplicar-se-ão cumulativamente as penalidades previstas para cada uma delas.

§ 2º - Será considerado como reincidente o concessionário infrator que nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores, tenha cometido qualquer infração capitulada no mesmo grupo do Código Disciplinar.

§ 3º - A reincidência será punida com o dobro da multa aplicável à infração.

**Art. 45** - A competência para aplicação de penalidades será:

- I. Do DMT, para as previstas nos incisos “a”, “b” e “c” do artigo 60;
- II. Do Prefeito Municipal, inciso “d”.

Parágrafo único - A autoridade competente poderá agravar a penalidade prevista, considerando os antecedentes do infrator e as circunstâncias e conseqüências da infração.

**Art. 46** - O valor das multas por infração deste regulamento será de 02 (dois) salários mínimos vigentes.

**Art. 47** - O valor das multas a que se refere esta lei, será recolhido pela Prefeitura.

**Art. 48**- A interdição de veículo ocorrerá quando, a juízo da fiscalização do DMT, o veículo for considerado em condições impróprias para o serviço, que na observância das normas regulamentares, que por oferecer riscos à segurança dos usuários ou de terceiros.

Parágrafo único - O veículo apreendido ou interditado somente será liberado após a correção das irregularidades apontadas pela fiscalização.

**Art. 49** - A pena da suspensão será aplicada após a ocorrência de infrações graves em curto período, inadimplemento ou falhas graves cometidas pelos concessionários.

**Art. 50** - A pena de cassação da concessão para operar o serviço de táxi será aplicada quando se apurar, em sindicância ou indiciamento:

- I. o tráfico ou uso de substância entorpecente que determinem alterações ou incapacidade física ou psíquica à vista dos preceitos contidos em legislação própria;
- II - a prática de crime contra o patrimônio ou contra a moral e os bons costumes;  
o uso imoderado de bebidas alcoólicas;
- III. a associação à outras pessoas para cometerem crimes de qualquer natureza;
- IV. a prática de crimes contra a segurança nacional e a fé pública;
- V. a prática de crimes contra a Administração Geral, falsidade documental ou de outras falsidades previstas no Código Penal;
- VI. a prática de crime doloso por uso irregular do veículo;
- VII. tenha sofrido mais de uma pena de suspensão em um período de 24 (vinte e quatro) meses;
- VIII. tenha incidido, reiteradamente, em infrações capituladas no grupo “D” do Código de Disciplinas;
- IX. tenha contribuído para um elevado índice de acidentes, por problemas de manutenção ou por culpa de seus operadores;
- X. tenha incorrido em deficiências graves na prestação dos serviços;
- XI. tenha provocado paralisação de atividades, com fins reivindicatórios ou não.

Parágrafo único - Para os fins do inciso “IX” deste artigo, consideram-se como deficiências graves na prestação dos serviços:

- I - reiterada inobservância de itinerários mais curtos;
- II - a má qualidade dos serviços prestados por manifesta negligência.

**Art. 51-** O concessionário infrator terá o prazo de 20 (vinte) dias, a contar do recebimento da respectiva notificação, para efetuar o pagamento da multa ou recorrer.

§ 1º - A falta de pagamento da multa no prazo previsto neste artigo implicará o acréscimo de 5% (cinco por cento) ao mês sobre o respectivo valor.

§ 2º - No caso do parágrafo anterior, decorridos 30 (trinta) dias sem que a multa tenha sido paga, ficará caracterizada a situação de inadimplência.

**Art. 52** - Dará motivo à lavratura do auto de infração qualquer violação comprovada das normas legais e regulamentares que for levada ao conhecimento das autoridades responsáveis pelo controle e fiscalização dos serviços de táxis.

Parágrafo único - Ao receber a reclamação, a autoridade competente ordenará, sempre que couber, a lavratura do auto de infração.

**Art. 53** - Lavrar-se-ão autos de infração no número de vias a ser determinado pelo Órgão competente, atendidas as disposições deste Regulamento.

**Art. 54** - O infrator receberá cópia do auto de infração.

Parágrafo único - A infração comprovada será registrada nas fichas cadastrais do infrator.

**Art. 55** - No prazo de 10 (dez) dias do recebimento da notificação o concessionário poderá requerer à reconsideração da penalidade aplicada com efeito suspensivo, ao DMT.

§ 1º - Se o requerimento for indeferido, poderá ser interposto recurso ao Prefeito Municipal como última instância administrativa, em igual prazo de 10 (dez) dias e, se for o caso, mediante o prévio depósito do valor da multa aplicada, instruindo o recurso com o comprovante de depósito.

§ 2º - Se for dado provimento ao recurso, o valor depositado será restituído ao concessionário, no prazo de 10 (dez) dias após o respectivo despacho.

## **CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 56** - As taxas e os emolumentos que serão cobrados dos concessionários, bem como os prazos e condições para o seu recolhimento, serão estabelecidos no edital de licitação.

**Art. 57** - Os processos administrativos somente terão tramitação após atenderem às exigências legais, inclusive as relativas a débito para com o Fisco Municipal Prefeitura Municipal, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**Art. 58** - O registro de velocidade e distâncias de percurso constituirão meios de provas, em caráter especial, para a apuração das infrações a este Regulamento.

Parágrafo único - Todos os aparelhos medidores como velocímetro e odômetro, deverão ser devidamente aferidos e lacrados pelo DMT e pelo órgão competente ou seus representantes legais.

**Art. 59** - O DMT poderá baixar normas complementares ao presente Regulamento.

Parágrafo único - Os casos omissos serão resolvidos pelo DMT, “ad-referendum” do Prefeito Municipal.

**Art. 60** - O cadastramento de novos concessionários obedeceram aos critérios do processo licitatório e deste regulamento.

## **ANEXO I**

### **CÓDIGO DISCIPLINAR**

#### **GRUPO A - MULTA NO VALOR DE R\$ 50,00 (CINQUENTA REAIS)**

- A-01 - Tratar o usuário sem urbanidade;
- A-02 - Apresentar-se ou dirigir o veículo indevidamente trajado;
- A-03 - Não apresentar informações aos usuários;
- A-04 - Trafegar com o veículo em más condições de conservação ou asseio;
- A-05 - Deixar de exibir documentos obrigatórios quando solicitado;
- A-06 - Colocar no veículo acessórios, inscrições, decalques ou letreiros não - autorizados;
- A-07 - Estar em serviço sem outorga de concessão devidamente regularizada;
- A-08 - Admitir auxiliar sem Carteira Nacional de Habilitação;
- A-09 - Recusar passageiros;
- A-10 - Utilizar de itinerários desnecessários para auferir indevidamente maior lucro;
- A-11 - Não cumprir a programação visual, prevista no Regulamento.

## **ANEXO II**

### **CÓDIGO DISCIPLINAR**

#### **GRUPO B - MULTA NO VALOR DE R\$ 100,00 (CEM REAIS)**

- B-01 - Manter em serviço veículo sem selo de vistoria;
- B-02 - Desrespeitar as determinações da fiscalização;
- B-03 - Abandonar, sem justa causa, o veículo em seu ponto;
- B-04 - Manter ligado o rádio ou aparelho sonoro, sem prévio consentimento do passageiro;
- B-05 - Recusar-se a acomodar, transportar ou retirar do porta-malas a bagagem do passageiro;
- B-06 - Transferir a concessão sem autorização prévia do DMT;
- B-07 - Não cumprir editais, avisos, determinações, notificações, comunicações, circulares, instruções ou ordens de serviço.

## **ANEXO III**

### **CÓDIGO DISCIPLINAR**

#### **GRUPO C - MULTA DE R\$ 200,00 (DUZENTOS REAIS)**

- C-01 - Dirigir o veículo de forma perigosa, desrespeitando os limites legais de velocidade;
- C-02 - Manter velocidade incompatível com o estado das vias;
- C-03 - Cobrar tarifa superior à acordada ou sonegar troco;
- C-04 - Trafegar sem os documentos obrigatórios ou com o seu prazo de validade vencido;
- C-05 - Deixar de comunicar ao DMT para efeito de cadastramento ou transferência da concessão;
- C-06 - Interromper viagens sem justa causa;
- C-07 - Exigir pagamento da corrida em caso de interrupção da viagem por parte do motorista, qualquer que seja o motivo;
- C-08 - Deixar de colocar o veículo à disposição do DMT, para inspeção, ou recolhimento do veículo;
- C-09 - Deixar de comunicar mudança de endereço, no prazo de 72 (setenta e duas) horas;
- C-10 - Manter em serviço veículo com pneus lisos, que não ofereçam segurança.

## **ANEXO IV**

### **CÓDIGO DISCIPLINAR**

#### **GRUPO D - MULTA NO VALOR DE R\$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS)**

- D-01 - Trafegar com veículo em mau estado de funcionamento, com risco à segurança dos passageiros;
- D-02 - Utilizar veículos não licenciados pelo DMT;
- D-03 - Utilizar veículos de terceiros sem prévia autorização do DMT;
- D-04 - Utilizar operadores não registrados no DMT;
- D-05 - Manter em serviço operadores cujo afastamento tenha sido determinado pelo DMT;
- D-06 - Utilizar, em serviço, veículo de categoria para o qual não esteja autorizado;
- D-07 - Deixar de fornecer informações solicitadas pelo DMT;
- D-08 - Apresentar ao DMT documentação rasurada ou irregular;
- D-09 - Dificultar a ação fiscalizadora de funcionários do DMT;
- D-10 - Deixar de prestar socorro a passageiro ferido em acidente, sem justa causa;
- D-11 - Trafegar sem a documentação exigida pela Legislação vigente.